



CONTRATO DISPENSA 2021.01.08.01.

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRAUÇUBA ATRAVES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IRAUÇUBA E ARAUJO E LACERDA ADVOGADAS ASSOCIADAS PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA.

A CÂMARA MUNICIPAL de IRAUÇUBA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Walmar Braga, 972, Centro, Irauçuba, Ceará, inscrito no CNPJ (M.F) sob o nº 02.353.380/0001-73, neste ato através do Presidente da Câmara Municipal de Irauçuba, neste ato representada pelo Sr. Rogério Barbosa Mesquita, denominado de **CONTRATANTE**, e, do outro lado, **ARAÚJO E LACERDA ADVOGADAS ASSOCIADAS** com endereço em Rua Dona Federalina Augusto Lima, 111, SALA E, Patriolino Ribeiro, Fortaleza, Ceará, representada pela sócia administradora Carla Lacerda Viana, OAB/CE 37.380, doravante denominado de **CONTRATADO**, de acordo com o que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, sujeitando-se os contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 - O presente contrato tem como fundamento legal o artigo 24, inciso II da Lei de Licitações e processo administrativo de Dispensa de Licitação nº 2021.01.06.01 devidamente ratificada pela CONTRATANTE e a proposta do CONTRATADO, tudo parte integrante deste Termo, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO CONTRATUAL

2.1 - O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA E LICITAÇÕES E CONTRATOS DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS OU LICITATÓRIOS, compreendendo:

- ASSESSORIA E CONSULTORIA NA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES DO ANO DE 2021;

- ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ELABORAÇÃO DOS TERMOS DE REFERÊNCIA E EDITAIS DE LICITAÇÃO OU PROCESSO ADMINISTRATIVO OU ADESÕES / CARONAS EM REGISTRO DE PREÇOS, COM EMISSÃO DE PARECER JURÍDICO INICIAL E FINAL, QUANDO NECESSÁRIOS.



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE IRAUÇUBA

Fls. 71

- CASO OCORRAM PREGÕES SEJAM PRESENCIAIS OU ELETRONICOS, DISPONIBILIZAÇÃO DE UM PREGOEIRO PARA REALIZAR AS LICITAÇÕES, EM RAZÃO DE DEFASAGEM NO QUADRO DE PESSOA DEVIDAMENTE HABILITADA.

ETAPA 01: DIAGNÓSTICO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, COM CRONOGRAMA DE CONCLUSÃO DOS PROCESSOS PLANEJADOS EM 2021 PARA 2021 (PRAZO MÁXIMO: 15 DIAS)

ETAPA 02: ANÁLISE E ESTUDO DE CASO SOBRE O MELHOR CUSTO-BENEFÍCIO DAS MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO, FRENTE AO DE NECESSÁRIA PRESTAÇÃO / AQUISIÇÃO, COM EMISSÃO DE PARECER JURÍDICO OPINATIVO. (PRAZO MÁXIMO: 15 DIAS)

ETAPA 03: CONCLUSÃO COM ENTREGA DE MAPA DE LICITAÇÕES E RELATÓRIO SITUACIONAL. (PRAZO MÁXIMO DE 75 DIAS).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1 - O valor do Contrato é de R\$ 17.200,00 (Dezessete mil e duzentos reais).

CLÁUSULA QUARTA - DOS REAJUSTES

4.1 - Irreajustável.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

5.1 - O contrato vigorará por 90 (noventa) dias contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na norma cogente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

6.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratual, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme o disposto no § 1º, do art. 65, da Lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1 - O pagamento será efetuado mediante apresentação da nota fiscal / fatura do serviço efetivamente prestado. As faturas deverão ser aprovadas, obrigatoriamente, pela CONTRATANTE, que atestará a execução dos serviços e atestará a execução dos serviços.

7.2 – Os pagamentos serão realizados ao final de cada etapa, procedendo-se da seguinte maneira:

Conclusão da 1ª Etapa: 50%: R\$ 8.600,00 (oito mil e seiscentos reais).

Conclusão da 2ª Etapa: 40%: 6.880,00 (Seis mil, oitocentos e oitenta reais).

Conclusão da 3ª Etapa: 10%: 1.720,00 (Um mil, setecentos e vinte reais).



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE IRAUÇUBA

Fls. 22

22

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 - A Contratante se obriga a proporcionar ao CONTRATADO todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei no 8.666/93.

8.2 - Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual.

8.3 - Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a prestação dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

8.4 - Providenciar os pagamentos ao CONTRATADO, à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas, pelo setor competente.

8.5 - Oferecer condições de trabalho ao CONTRATADO, nos locais dos serviços, caso seja necessária a visita do CONTRATADO à Câmara Municipal.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 - Prestar os serviços, objeto do contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos neste termo contratual.

9.2 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações.

9.3 - Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE na execução do objeto contratual.

9.4 - Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do contrato que não terão nenhum vínculo empregatício com a Câmara Municipal;

CLÁUSULA DECIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas decorrentes do contrato a ser celebrado com o vencedor, serão consignadas nas seguintes dotações orçamentárias:

Dotação orçamentária	Elemento de despesas	Origem dos Recursos
0101.01.031.0001.2.001	3.3.90.39.00	Próprios

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar ao CONTRATADO, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa:

b.1) Multa de 10% (dez por cento) pelo não cumprimento de cláusula ou condição prevista no contrato;



- b.2) Multa de 0,3% (três décimo por cento) ao dia até o trigésimo dia de atraso, por paralisação dos serviços;
- b.3) Os valores das multas referidas nestas cláusulas serão descontadas *ex-officio* da **CONTRATADO**, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto a Câmara Municipal de Irauçuba, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial;
- c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratante promova sua reabilitação.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 12.1 - O instrumento contratual firmado em decorrência da presente poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.
- 12.2 - Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, parágrafos 1º a 4º, da Lei citada.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 13.1 - Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei nº 8666/93 e suas alterações.
- 13.2 - Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente dirigida à Câmara Municipal.
- 13.3 - Os recursos serão protocolados na Câmara Municipal de Irauçuba e encaminhados à Comissão de Licitação.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

14.1 – Em atenção ao artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, a execução do presente teor de contrato será fiscalizado pelo Chefe de Gabinete da Presidência, ao qual manterá anotações e ressalvas acerca da correção ou incorreção da execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, ao qual compete ainda:

I – Receber provisória e definitivamente o objeto do Contrato, a partir do qual poderá ser realizado o pagamento de que trata a cláusula sétima, ou rejeitá-lo, se executado em desacordo com este Contrato.

II – Ser ouvido nas hipóteses de alteração ou rescisão contratual, apresentando, se for o caso, as justificativas para a tomada dessas providências pela autoridade responsável.



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE IRAUÇUBA

Fls. 74

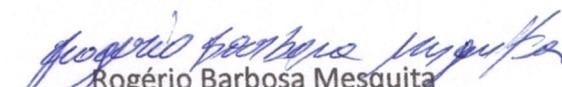
8

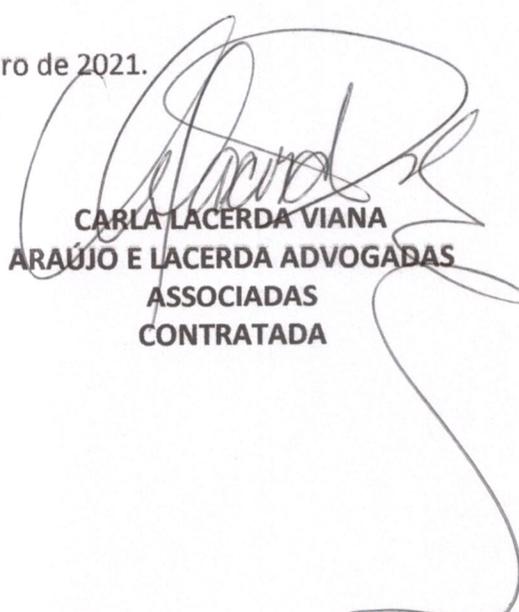
CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DO FORO

15.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Irauçuba, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente contrato, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acertadas as partes firmam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias para que possa produzir os efeitos legais.

Irauçuba/CE, 08 de janeiro de 2021.


Rogério Barbosa Mesquita
CÂMARA MUNICIPAL DE IRAUÇUBA
CONTRATANTE


CARLA LACERDA VIANA
ARAÚJO E LACERDA ADVOGADAS
ASSOCIADAS
CONTRATADA

Testemunhas:

01. Gustavo Silva de Mesquita

Nome:

C.P.F.: 080.425.333-14

02. Franuísio Manoel de Sousa Almeida

Nome:

C.P.F.: 026.520.983-86